

Pacote: Figueiredo é o responsável.

Apesar de apelos de parlamentares do próprio PDS, o governo não deverá submeter à discussão o pacote econômico antes de colocá-lo em vigor. O presidente João Figueiredo deverá assumir sozinho a responsabilidade por medidas "violentíssimas" — que não incluem a moratória —, como fiador do cumprimento da política de ajuste exigida pelo Fundo Monetário Internacional. Entre essas medidas, estariam uma maior tributação dos ganhos de capital e um aumento imediato dos combustíveis, superior a 40%.

Este comprometimento pessoal do presidente foi confirmado ontem em Brasília por várias fontes, entre elas o secretário-geral da Secretaria do Planejamento, José Flávio Pécora. "Algumas medidas poderão precisar do aval do Conselho Monetário Nacional, mas outras dependerão de uma decisão específica do presidente da República. Mas é muito difícil que estas decisões sejam anunciadas esta semana", comentou o assessor de Comunicação do ministro Delfim Neto, Gustavo Silveira.

Por sua vez, o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, diante da afirmação de que os banqueiros internacionais concordavam em que a única saída para o País seria uma moratória negociada, respondeu taxativamente: "Essa é a opinião dos banqueiros. Dentro do programa brasileiro, existe potencial de recursos a ser trabalhado, visando a saldar as dívidas".

Para Langoni, o FMI tem todo o interesse em ajudar o Brasil a saldar seus compromissos externos pendentes. Porém, mais importante que isto, é "corrigirmos as distorções internas".

Em Brasília, permanecem os rumores sobre o afastamento de Langoni. A exemplo do que ocorreu na semana passada, quando o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, recebeu dirigentes do Barclays, Langoni não compareceu ontem ao encontro com o presidente do Banco de Montreal, William Mulholland. Ele chegou pela manhã ao Banco Central, saiu na hora do almoço e só reapareceu às 16 horas para uma reunião no Palácio do Planalto.

No entanto, de acordo com outras fontes, Langoni reuniu-se pela manhã, até as 12h45 com Galvêas e Delfim. À noite, a reunião teria ido até as 20h30.

Déficit público

Por sua vez, o ministro da Fazenda disse que vai depender da taxa de inflação o cumprimento do compromisso assumido com o Fundo Monetário, de redução do déficit público de 16,9% para 8,8% do Produto Interno Bruto. Depois da maxidesvalorização, a 18 de fevereiro, o governo estimava uma inflação de 100% até o final do ano, mas em abril ela já tinha alcançado 117,4%.

Galvêas negou que já esteja marcada a reunião do Conselho Monetário para homologar o pacote econômico, e não quis comentar a informação de que o governo

O presidente assume a responsabilidade por medidas "violentíssimas". Entre elas deve estar o aumento do imposto sobre ganhos de capital.



pensa em impor a livre negociação para reajustes dos salários, conforme exigência do FMI.

No entanto, um dos membros do CMN disse que a reunião extraordinária para apreciação do pacote está marcada, em princípio, para o próximo dia 8, e outro representante do governo no colegiado confirmou o encontro para a semana que vem.

Ontem, a versão predominante na área financeira era de que o presidente Figueiredo divulgará hoje as decisões, e as especulações envolviam até a possibilidade de o País recorrer à moratória, até que o FMI responda em definitivo à proposta brasileira de revisão dos termos do acordo firmado.

Os dois integrantes do CMN nada comentaram sobre a hipótese de expurgo de 10 a 20% na correção monetária e no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mas somente emitiram vagas declarações de que o elenco de medidas será "violentíssimo". Mas nem o secretário-geral do Planejamento e nem o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, abordados à saída do Ministério da Fazenda, após almoço com o presidente do Banco de Montreal, William Mulholland, quiseram falar algo sobre as medidas em elaboração.

O dirigente de um grande banco estrangeiro afirmou que o clima de expectativa afeta também o mercado cambial. Lembrou que, na última quinta-feira, quando o Banco Central anunciou a nova minidesvalorização do cruzeiro, a comissão adicional para a compra de dólares no interbancário chegou ao nível recorde de 4% e, na sexta-feira, mesmo com a vigência do reajuste cambial, permaneceu em 1,5%, taxa extremamente atípica. Para os próximos dias, a falta de dólares no mercado interbancário só tende a agravar-se, informou o banqueiro.

Mais impostos

Os ministros Ernane Galvêas, da Fazenda, e Camilo Pena, da Indústria e do Comércio, confirmaram que o governo estuda um aumento de impostos sobre os ganhos de capital e maior rigor na fiscali-

zação, para evitar as sonegações.

A Secretaria de Abastecimento e Preços (Seap) e o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) começaram a discutir ontem as diversas alternativas para o ajuste nos preços da gasolina e demais derivados de petróleo, que será anunciado juntamente com as demais medidas do pacote econômico.

Segundo Milton Dallari, entre as alternativas estudadas há índices de reajuste iguais ou até superiores a 40%, o que não significa que seja este o percentual escolhido.

Embora Dallari não tenha mencionado, sabe-se que no decorrer da reunião de ontem, durante a qual foi praticamente aprovada a nova estrutura de preços dos derivados do petróleo, foi feito um exame das contribuições integrantes da estrutura, em função da necessidade de prover a Petrobrás de recursos suficientes para transformar seu balancete trimestral de deficitário em superavitário.

Descontentamento no PDS

O deputado Paulo Lustosa (PDS-CE) vai propor à liderança do partido na Câmara que o pacote econômico seja discutido antes pela bancada partidária. "Pelo menos três razões seriam bastante para dar amparo à minha sugestão: a primeira, que cabe a nós, parlamentares do PDS, garantirmos sustentação política ao governo, e só podemos fazê-lo na medida em que previamente nos convenceremos da viabilidade, adequação e oportunidade das medidas; em segundo lugar, tememos que as medidas insinuadas aprofundarão o quadro recessivo e levarão, em primeiro momento, a uma exacerbação ainda maior da inflação e do desemprego. Finalmente, as medidas afetarão um setor já bastante descapitalizado, o agropecuário, e as categorias inferiores de renda, pelo abalo nos seus orçamentos, não só derivado de uma maior taxa de inflação, como dos impactos decorrentes da retirada dos subsídios ao trigo e ao petróleo."

Lustosa salienta que, caso seja concretizada a sua proposta, isto representaria o primeiro passo efetivo para o início da segunda etapa do processo de abertura política, com a descentralização das decisões do governo, principalmente na área econômica.

— Vinte anos de conquistas econômicas, sociais e políticas e o futuro de toda uma geração não podem ser postos em jogo diante de 410 milhões de dólares do FMI ou da ameaça de banqueiros internacionais — advertiu Paulo Lustosa.

O vice-líder do governo no Senado, Carlos Chiarelli (PDS-RS), telegrafou, ontem, ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, e ao presidente do partido, José Sarney, pedindo imediata manifestação contra as anunciadas modificações no cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, excluindo da fixação desse índice as alterações do custo de vida decorrentes da retirada dos subsídios aos produtos agrícolas.